

REPRESENTAÇÕES DE FUTUROS PROFESSORES DE LÍNGUA PORTUGUESA FACE À DIVERSIDADE LINGUÍSTICO-CULTURAL DAS CRIANÇAS - UM ESTUDO NO ISCED-HUÍLA



Miguel Cambibnda Ngueve Kanuku¹

Maria Helena Araújo e Sá²

¹Instituto Superior de Ciências de Educação da Huíla

²Universidade de Aveiro | Departamento de Educação e Psicologia, Portugal

INTRODUÇÃO

A situação linguístico-cultural de Angola caracteriza-se como sendo heterogénea pela presença, em seu território, de diferentes grupos etnolinguísticos de origem bantu e não bantu e, ainda, pela coabitação de línguas africanas de origem bantu e não bantu com o português (língua novilatina). Isto contribui, em larga medida, para a diversidade linguístico-cultural do país.

Fruto do êxodo rural, motivado em grande medida pelo longo período de guerra civil que assolou Angola, há claramente grande concentração populacional nas principais cidades, implicando marcas muito particulares nas características linguístico-culturais de uma grande parte dessa população, com fortes tendências de sobreposição do português em relação às restantes línguas africanas faladas/usadas pelas suas famílias e comunidades.

De referir que, quanto maior for a aproximação aos centros urbanos, maior é a tendência de sobreposição do português. Essa tendência é decorrente do poder e prestígio inerentes ao seu estatuto de língua oficial. Assim, e corroborando com Adriano (2014), nos centros urbanos há uma tendência considerável de indivíduos (em especial jovens e adolescentes da nova geração) que só falam português, embora não haja ainda dados estatísticos fiáveis que assim o comprovem.

Apesar disso, e de acordo com dados do Censo 2014, é perentório considerar a existência de angolanos que têm, ao invés do português, uma língua materna de origem africana (bantu ou não bantu): “o Português é falado por mais de metade da população (71%) com maior predominância nas áreas urbanas onde 85% da população fala a língua portuguesa enquanto somente 49%, na área rural, fala a língua portuguesa.” (2016, p. 51). Situação que importa reconhecer e valorizar, não só por razões de natureza linguística, mas também e sobretudo, de identidade e preservação cultural, assim como de benefícios (sociais, afetivos, cognitivos) em termos dos processos de ensino-aprendizagem e de integração social.

Estamos a nos referir, entre muitos outros aspetos, à partilha de riqueza cultural e ao afastamento de preconceitos linguístico-culturais, o que se pode promover na escola, se for observada e tida em conta a diversidade linguístico-cultural das crianças angolanas, trazidas de seu ambiente familiar e/ou grupo etnolinguístico.

Neste sentido, e em concordância com Reis (2006), convém refletir sobre a diversidade linguístico-cultural de crianças angolanas plurilingues que, não tendo (apenas) o português como sua língua materna, devem integrar o processo de aprendizagem formal do português como língua única, por via da escola. Tem-se aqui em conta que a aprendizagem da língua portuguesa, em Angola, se inicia em ambiente familiar para muitas crianças e para outras não, sendo necessário que todas sejam integradas na escola e participem de uma aprendizagem formal e gradual da língua de escolarização, sem que sejam, todavia, ignorados os seus repertórios linguístico-culturais. Com efeito, e de acordo com vasta literatura, essa diversidade linguístico-cultural das crianças influencia nessa aprendizagem, essencialmente em competências fundamentais, tais como produção e interpretação oral e escrita.

Em Angola, como se sabe, o currículo educacional é unificado e constituído por seis subsistemas de ensino e quatro níveis de ensino. Este quadro curricular educacional prima pelo monolinguismo, ignorando em grande medida a diversidade linguístico-cultural do país. Os professores, inclusive os de Língua Portuguesa, tendem a ser aglutinados por esse modelo monolinguístico de educação, que corresponde a uma ideologia uniformizadora.

Estas considerações dão suporte a este estudo que visa analisar as representações de futuros professores sobre a diversidade linguística e cultural (DLC) em Angola e o seu papel no processo de ensino aprendizagem do Português, processo este no qual serão chamados a intervir, enquanto professores, após a sua formação.

RECURSOS E MÉTODOS

Na perspectiva de Coutinho et al. (2009, p. 373), a realização de uma investigação requer “pensar nas formas de recolher a informação que a própria investigação vai proporcionando”. Assim, os métodos usados neste estudo foram: consulta bibliográfica; aplicação de inquérito por questionário aos estudantes futuros professores; trabalhos escritos realizados individualmente pelos estudantes; discussão em sala de aula a propósito do tema em foco; tratamento e análise (de conteúdo e estatística descritiva) dos dados recolhidos; apresentação (em gráficos e tabelas), sistematização e discussão dos resultados.

O estudo foi feito com os estudantes do 3.º ano do Curso de Ensino da Língua Portuguesa do ISCED - Huíla, afetos à Repartição de Português do Departamento de Letras Modernas (Inglês, Francês e Português), num total de 240 estudantes, distribuídos em 8 turmas dos regimes regular e pós-laboral. A amostra foi por conveniência, num total de 25 estudantes, isto é, uma junção de estudantes do 3.º ano do regime regular e pós-laboral (14 e 11 respectivamente).

ANALISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Procura-se, aqui, criar um espaço de análise e discussão de alguns dos resultados mais relevantes do estudo, permitindo entrever indicadores que remetam para as representações dos futuros professores com quem trabalhamos face à DLC das crianças no ensino-aprendizagem da língua portuguesa em Angola.

Neste sentido, são analisados e discutidos, em primeiro lugar, os resultados obtidos com base no inquérito. Este instrumento foi estruturado em três secções. A Secção I - Identificação dos informantes, é constituída por treze questões de resposta curta e de escolha múltipla, centradas nos dados sociográficos dos informantes e seus pais. A Secção II relaciona-se com a biografia linguística dos sujeitos: caracterização das línguas aprendidas e utilizadas, associadas aos respetivos contextos de aprendizagem e utilização (familiar, social, profissional, religioso), e identificação das línguas que gostariam de aprender e dos motivos para tal. A Secção II diz também respeito ao estatuto concedido (pelos informantes) à língua portuguesa. A Secção III é relativa à descrição das representações dos informantes sobre a DLC das crianças no ensino-aprendizagem da Língua Portuguesa. Há, nesta secção, algumas questões que solicitam justificações e têm um carácter mais aberto. Pretendemos, aqui, compreender o que os informantes pensam sobre o valor educativo da DLC.

De referir que este instrumento foi adaptado do inquérito por questionário construído por Monteiro e Araújo e Sá (2019), num estudo realizado com formandos do 1.º ano da Licenciatura em Ensino de Português na Universidade Pedagógica - Delegação de Nampula, Moçambique.

De modo geral, e tendo em conta os dados do questionário, os participantes do nosso estudo são de nacionalidade angolana, nascidos em diferentes localidades do país, com destaque para as províncias da Huíla, Namibe, Huambo, Luanda e Cunene. Pertencem a distintos grupos étnicos, conforme a localidade de nascimento. Embora todos sejam falantes de português prevalece, entre eles, a situação de bilinguismo. Alguns são professores de Língua Portuguesa no ensino primário, cujas escolas estão localizadas em zonas rurais, onde o número de crianças com DLC é considerável. Os seus pais também são de nacionalidade angolana, pertencem a grupos étnicos diferentes e, por conseguinte, têm domínio de distintas línguas bantu, para além da língua portuguesa. Na sua maioria, os informantes são professores, com um nível de formação média. Os debates realizados em sala de aulas, gravados e posteriormente transcritos, permitiram complementar os dados obtidos por via dos inquéritos, sob uma perspectiva mais qualitativa. De seguida sintetiza-se as opiniões mais relevantes apresentadas pelos participantes do debate.

1 Reconhecimento do valor educativo da DLC e da necessidade da sua mobilização no ensino, de modo especial na disciplina de Língua Portuguesa, para permitir maior integração das crianças na escola,

garantir e conservar a bagagem linguístico-cultural que trazem do seio familiar, levar a criança a perceber as diferenças linguístico-culturais e delas ter maior sensibilidade, estimulando-se, assim, o respeito pelo outro;

2 Inexistência de práticas efectivas, em sala de aulas, que visem mobilizar a DLC no ensino do português;

3 Necessidade de se dotar as línguas africanas de origem bantu e não bantu de um estatuto com maior ‘privilégio’ (estatuto de língua oficial, por exemplo). Os futuros professores entendem que esse estatuto pode ser dado por via legislativa para afastar ou fazer face à tendência hegemónica da utilização do português em contextos oficiais;

4 Incentivar a formação de professores com competências suficientes para atender ao ensino em contextos de DLC, fundamentalmente no ensino do português. Os sujeitos referiam-se, por um lado, a competências linguísticas, no sentido de os professores dominarem a(s) língua(s) faladas pelas crianças, não propriamente para um ensino bilingue, mas para facilitar a comunicação entre professor/aluno e, por outro lado, a competências didácticas, no sentido de os professores usarem métodos e instrumentos que facilitem a aprendizagem das crianças, como a metodologia da análise contrastiva, por exemplo, entre estruturas sintácticas ou morfológicas de línguas de origem diferente, como é o caso do português e das línguas bantu.

CONCLUSÕES DO ESTUDO

A DLC em Angola é um facto, particularmente na província da Huíla, e tem vindo a despertar interesse por parte de muitos investigadores. O nosso estudo sobre as representações de futuros professores de Língua Portuguesa face à DLC de crianças no ensino e aprendizagem do português é um singelo contributo para esta investigação. É nossa convicção que se torna necessário mobilizar a DLC nas escolas, de modo a estimular a promoção, aprendizagem e o uso das línguas bantu, para além do português e das línguas estrangeiras. Apoiando-se no facto de que, entre as línguas bantu, a família tem sido o grande local de transmissão, aprendizagem e uso, era de esperar uma continuidade da sua promoção, aprendizagem e uso nas escolas, contribuindo, assim, positivamente para a valorização da DLC pelo futuro professor de língua portuguesa, na ministração de suas aulas a crianças com perfil linguístico plurilingue, na perspectiva da promoção das línguas nacionais via ensino.

O nosso estudo mostrou que há, não obstante, por parte dos futuros professores, uma compreensão positiva sobre o valor educativo da DLC e sobre a sua necessidade de mobilização no ensino, de modo geral, e nas aulas de língua portuguesa, de modo particular. Todavia, na prática, os professores não o saberão operacionalizar, ou, ao fazerem-no, poder-se-á registar limitações, pelo que, se torna necessário a concepção de estratégias e planos de formação continuada para professores de língua portuguesa, além das ministradas nos Institutos Médios de Formação de Professores, nos Magistérios Primários e inclusive nos ISCEDs, de modos a atender os contextos específicos de multilinguismo e de multiculturalismo.

REFERÊNCIAS

- [1] Adriano, P. S. (2014). Tratamento Morfossintáctico de Expressões e Estruturas Frásicas do Português em Angola: divergências em relação à norma europeia. (Tese de doutoramento). Universidade de Évora.
- [2] Araújo e Sá, M. H. Monteiro, A. C. (2019). Imagens das línguas em contextos de educação e formação: itinerários da investigação. Universidade de Aveiro.
- [3] Coutinho, C. P., Sousa, A., Dias, A., Bessa, F. (2009). Investigação-Ação: Metodologia Preferencial nas Práticas educativas. Braga.
- [4] Instituto Nacional de Estatística de Angola. (2016). Censo 2014. Resultados definitivos do recenseamento geral da população e da habitação de Angola em 2014.
- [5] <http://censo.ine.gov.ao/xportal/xmain?xpid=censo2014>